

# OPINIÃO

OPINIÃO

## O Orçamento da pandemia



**MARIA ROSA BORGES**  
Economista, Professora do ISEG

A pandemia que se abateu sobre o mundo e, em particular, sobre a Europa trouxe algo, há muito pouco tempo impensável: a possibilidade de os países não terem de cumprir, pela primeira vez, em quase 30 anos, o tratado de Maastricht, no que diz respeito ao limite de 3% do deficit, ou os 60% da dívida em percentagem do PIB.

As estimativas para o crescimento do PIB português, bem como para a generalidade dos indicadores macroeconómicos no Orçamento de Estado de 2020, foram irremediavelmente ultrapassadas, com os impactos negativos da crise pandémica. A incerteza e os sinais negativos apodcraram-se dos destinos da nossa economia. Atente-se às informações mais recentes, veiculadas no Boletim Económico de outubro do BdP, que dão conta de um produto a cair 8,1%, uma taxa de desemprego a subir para 7,5%, uma forte quebra do consumo privado, das exportações e do investimento. No que às contas públicas diz respeito, o BdP projeta, para 2020, um deficit em percentagem do PIB de 7%, para o que

contribuiu, de forma muito marcada, a forte contração da atividade económica.

Na verdade, o impacto da Covid-19 na economia veio, simplesmente, interromper uma trajetória sustentada de redução do rácio da dívida e do deficit em relação ao PIB, fazendo ultrapassar os limites definidos nos tratados europeus. Mas, apesar do conforto de, desta vez, estar mais mitigada a pertença ao grupo de países do Sul da Europa, para quem os países do centro e Norte da Europa não dissimulam um olhar desconfiado, e que tenhamos, até ao momento, taxas de juro da dívida pública confortavelmente baixas, o certo é que deve-

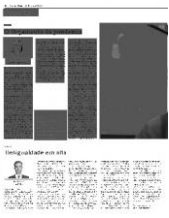
mos estar atentos a um possível volte-face na política europeia. Mais tarde ou mais cedo estes, ou outros, limites regressarão, mesmo que tenhamos capacidade para os atenuar. Neste contexto, o OE de 2021 parece balancear medidas de apoio às famílias e às empresas, e algum estímulo do investimento público, com possíveis constrangimentos que possam resultar de uma mudança da política europeia.

Mais em concreto, a proposta de OE entregue dia 12 na AR, privilegia um crescimento económico, sustentado nos estímulos à procura interna. Nesse sentido, destaca-se, a criação de uma prestação social extraordinária, para fazer face à diminuição do rendimento das famílias, o aumento do subsídio de desemprego, o aumento do salário mínimo, o aumento das pensões, a redução das taxas de retenção do IRS e um crédito de IVA a favor dos consumidores, para estimular os sectores mais afetados da economia (o turismo, a restauração e a cultura). Por outro lado, as empresas não terão uma tributação autónoma agravada, e o investimento público apoiará, o alargamento e requalificação de equipamentos sociais de rede pública e do sector social e será reforçado nos sectores da saúde e educação.

Embora as medidas devam ser vistas como positivas, saber se a dimensão e a eficácia de algumas delas é adequada, é algo discutível. A incerteza é imensa, esperemos que os melhores prognósticos se concretizem no decurso de 2021. ●

**A proposta de OE privilegia um crescimento económico sustentado nos estímulos à procura interna**





**Data:** 14.10.2020

**Título:** O Orçamento da pandemia

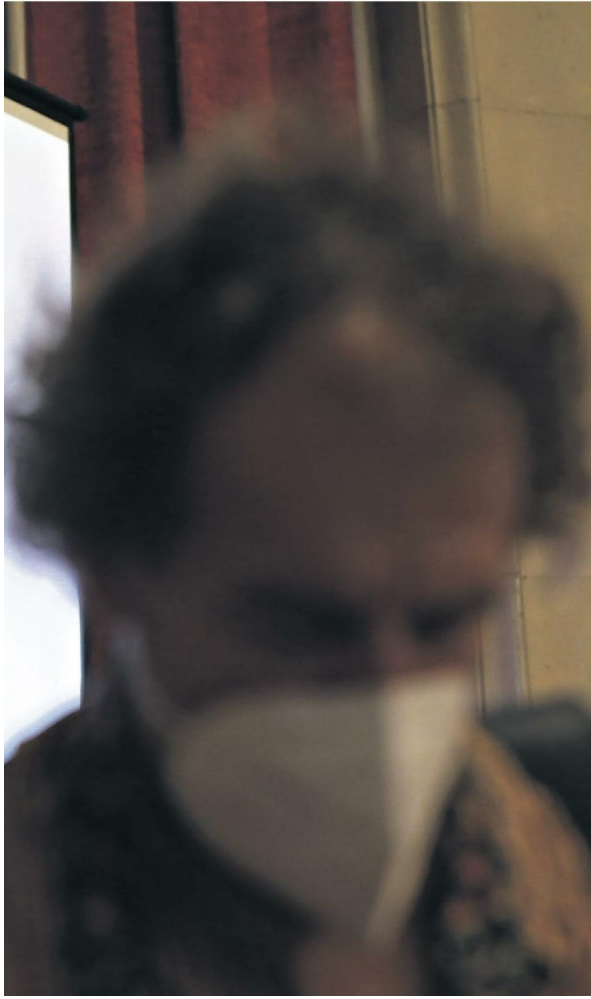
**Pub:**  O Jornal Económico



**Tipo:** Jornal Especializado Semanal

**Secção:** Economia

**Pág:** 16;17



CRISTINA BERNARDO

Área: 700cm<sup>2</sup> / 42%

Tiragem: 20.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6964645